

Explorando as fronteiras do desemprego: reflexões a partir da categoria “desemprego por desalento”

Fabiana A. A. Jardim*

Resumo

O artigo tem como objetivo discutir as perspectivas e os limites da categoria “desemprego” para a compreensão do mundo do trabalho e de suas mudanças. Partindo de dados relativos a 1989 e 2002, produzidos pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (SEADE/DIEESE), procura-se explorar as fronteiras do que a categoria *desemprego* revela ou deixa de revelar. Na medida em que a PED trabalha também com a noção de *desemprego oculto*, a comparação entre os dados de um ou outro tipo de desemprego permite uma interessante reflexão sobre as dinâmicas de inserção/exclusão e também sobre a visibilidade de cada um dos tipos de desemprego – conforme os atributos pessoais do desempregado e conforme as representações sociais sobre quem constitui o “núcleo duro” do emprego e, conseqüentemente, do desemprego. A questão do *direito ao trabalho* ganha novos contornos a partir da observação daqueles que “ficam fora da conta” a despeito de sua vontade ou necessidade de trabalhar. Finalmente, o artigo procura formular algumas questões em relação aos limites da categoria *desemprego* para a interpretação da atual dinâmica do mercado de trabalho; categoria, aliás, que sempre teve entre nós um poder explicativo limitado, dada a heterogeneidade das situações ocupacionais presentes no mercado de trabalho brasileiro. A reflexão possibilitada pela exploração das fronteiras do desemprego revela nossa dificuldade em pensar o mundo do trabalho para além das três situações ocupacionais típicas (emprego – desemprego – inatividade) e provoca à criação de novos instrumentos analíticos para a compreensão do mundo do trabalho.

Palavras-chave: desemprego, desemprego oculto por desalento, trabalho, categorias sociológicas

* Doutoranda pelo Departamento de Sociologia - FFLCH - USP.

Abstract

This article proposes to discuss both the perspectives and limits of the category “unemployment” for understanding labor’s world. Examining data from 1989 to 2002, produced by the Employment and Unemployment Research – PED (SEADE/DIEESE), we explore the frontiers of what the category *employment* shows or turns to be insufficient to reveal. As PED also works with the notion of *occult unemployment*, comparisons between data of each kind of unemployment allows us to think about the inclusion/exclusion dynamics and also about the visibility of each type of unemployment – according to personal characteristics of the unemployed e according to the social representations about who is to be included in the “hard nucleus” of employment and, as consequence, of unemployment. The issue of the *right to work* is up-dated when we observe those that are left “out of the accountancy” although their wish or need of working. At last, the article poses some questions related to the limits of the category *unemployment* for us to understand the present dynamics of labor market, observing that this category has always had, among us, a limited power of explication, due to the heterogeneity of occupational situations existent in Brazilian labor’s market. This reflection reveals our difficulty of thinking labor’s world besides those three typical occupational situations (employment – unemployment – inactivity) and invites to the creation of new analytical tools to understand the labor’s world.

Key-words: unemployment, unemployment occult by discouragement, work, sociological categories

Este artigo tem como objetivo refletir sobre os limites e as fronteiras da categoria “desemprego”, explorando os significados que a adoção das distinções englobadas pelo “desemprego oculto” têm para o entendimento de um mercado de trabalho tão heterogêneo quanto o nosso a partir da exposição de dados relativos ao desemprego e, em especial, ao desemprego por desalento. A questão do *direito ao trabalho*, que permeia a discussão, ganha novos contornos a partir da observação daqueles que “ficam fora da conta” a despeito de sua vontade ou necessidade de trabalhar e nos provoca a revisitar os termos com os quais pensamos as formas de trânsito no mercado de trabalho, para além daquelas situações ocupacionais que até há pouco menos de uma década podiam ser consideradas como “típicas” – o emprego, o desemprego e a inatividade.

No Brasil, há duas grandes pesquisas que produzem dados sobre o mercado de trabalho, a Pesquisa Mensal de Emprego e Desemprego - PME, realizada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE desde 1980¹ e a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada por uma parceria entre a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE desde 1984². Ambas são de tipo domiciliar, uma vez que, devido à falta de mecanismos de seguridade, não há dados institucionais suficientemente confiáveis ou abrangentes que pudessem cumprir tal papel.

¹ Na verdade, a partir de 1980 é que a pesquisa se transformou numa pesquisa autônoma; antes disso, ela era aplicada junto à Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar – PNAD. Atualmente, a PME é aplicada em seis regiões metropolitanas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

² A PED foi testada durante 1983, como um suplemento à Pesquisa de Condições de Vida – PCV e a partir de 1984 passou a ser realizada e divulgada mensalmente. Inicialmente, cobria apenas a Região

Neste trabalho, utilizaremos dados da PED. A principal inovação trazida pela PED consiste no esforço para definir e contabilizar o chamado “desemprego oculto”, ou seja, aquelas situações ocupacionais que não costumam ser consideradas como desemprego. Para compor esta taxa, a PED introduziu duas subcategorias: o desemprego oculto pelo trabalho precário e o desemprego oculto pelo desalento³. Na apresentação de seus dados, a PED traz discriminadas as porcentagens que se referem ao desemprego aberto e as que se referem ao desemprego oculto. Essa é uma forma de, ao mesmo tempo em que se procura dar conta da heterogeneidade que caracteriza o país, garantir a comparabilidade internacional dos dados.

Tal aspecto ganha renovada importância à medida que as mudanças nos padrões de relações de trabalho vêm borrando progressivamente as fronteiras que permitem a constituição da taxa do “desemprego aberto” mesmo em países que conheceram alto grau de estruturação do mercado de trabalho em torno do emprego. O reconhecimento das fronteiras e da multiplicação de situações inclassificáveis convida ao esforço por pensar os valores que estão em jogo na produção da categoria desemprego e, assim, transgredir a categoria, estendendo-a àquelas situações que, social e politicamente, devem ser reconhecidas como privação do direito ao trabalho, (ver MARUANI, 2002; MARUANI & REYNAUD, 1993 e DEMAZIÈRE, 1995b)

Antes de passar à apresentação dos dados, cabem alguns breves comentários sobre o desenho metodológico da PED, para que seja possível compreender melhor os significados dos dados.

A PED define a População em Idade Ativa considerando indivíduos de 10 anos e mais. É na definição da População Economicamente Ativa, porém, que as diferenças metodológicas em relação à Fundação IBGE se aprofundam: além dos critérios envolvidos para a apreensão do desemprego aberto – realização ou não de trabalho ou procura –, a PED leva em conta outros critérios, a fim de captar as situações heterogêneas e suas conseqüências para os trabalhadores e para a sociedade.

Os critérios utilizados pela PED, então, são: “*procura efetiva de trabalho; disponibilidade para trabalhar com procura em 12 meses; situação de trabalho; tipo de trabalho exercido e necessidade de mudança de trabalho*” (SEADE, 1995: 18). Trata-se de uma importante diferença, pois põe no centro da discussão a questão do direito ao trabalho, procurando abranger aqueles que estão privados desse direito, seja por não encontrarem reiteradamente, seja por conseguirem se inserir apenas em trabalhos precários. A PED capta, desse modo, e tendo em consideração a dinâmica própria do mercado de trabalho brasileiro, algumas das situações de desemprego que poderiam ser consideradas como atípicas em contextos nos quais o desemprego aberto é a regra.

A categoria “desemprego oculto pelo desalento” é uma categoria introduzida no Brasil pela PED. O que estava em questão quando do desenho da pesquisa era a cons-

Metropolitana de São Paulo, mas por meio de parcerias com fundações públicas, órgãos de governo locais ou sindicatos, foi sendo aplicada a outras regiões metropolitanas. Hoje a PED é aplicada também na região metropolitana de Salvador, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre e também Distrito Federal.

³ Para uma discussão sobre as inovações metodológicas da PED, ver MENDONÇA e HOFFMANN, 1999.

trução de categorias que fossem adequadas à mensuração de situações de trabalho e desemprego que não eram captadas pelas categorias que compõem a taxa de “desemprego aberto”. O *desemprego oculto por desalento* se refere às pessoas que estão sem trabalho há mais de 12 meses e que, por algum motivo, não procuraram emprego nos últimos 30 dias, embora o tenham feito, ativamente, durante o período mínimo de 15 dias, em algum momento durante os últimos 12 meses (SEADE, 1995). Além disso, a pessoa deve ter vontade e disponibilidade para o trabalho.

Ao incluir a situação de pessoas que não apresentam o comportamento de procura de trabalho, ou que se encontram sub-ocupadas, a PED assume a dificuldade de estabelecer as fronteiras entre emprego, desemprego e inatividade, mas o faz em outra direção (em relação à PME): no centro de sua construção está a preocupação em identificar a precariedade e as dificuldades em relação ao trabalho existentes num mercado de trabalho pouco estruturado como o nosso⁴.

A pergunta que cabe fazer é: quem são as pessoas que, por meio da categoria “desemprego oculto” e, em especial, pelo “desemprego oculto pelo desalento”, passam a ser contabilizadas como desempregadas?

As tabulações apresentadas aqui, com o objetivo de estabelecer comparações entre as diferentes taxas de desemprego no que se refere a atributos pessoais e tempo de procura, foram elaboradas por mim a partir dos microdados da PED, material disponibilizado em disquetes ou CD pela Fundação Seade. Utilizei os dados de 1985 a 2001.

Desde já, é importante chamar a atenção para o seguinte aspecto: o interesse, ao comparar as situações captadas pelos diferentes tipos de desemprego – tal como definidos pela PED – é refletir sobre as representações que informam aquilo que cada um deles é capaz de revelar. Para isso, optei por comparar as diferentes taxas de desemprego no que se refere a atributos pessoais e ao tempo de procura por trabalho. Desse modo, acredito conseguir apontar alguns aspectos do problema, a partir do reconhecimento do que cada uma das taxas é capaz de revelar acerca do “halo do desemprego”, as regiões fronteiriças que aparecem (cada vez mais) borradas em situações de mercado de trabalho pouco estruturado em torno do “emprego”.

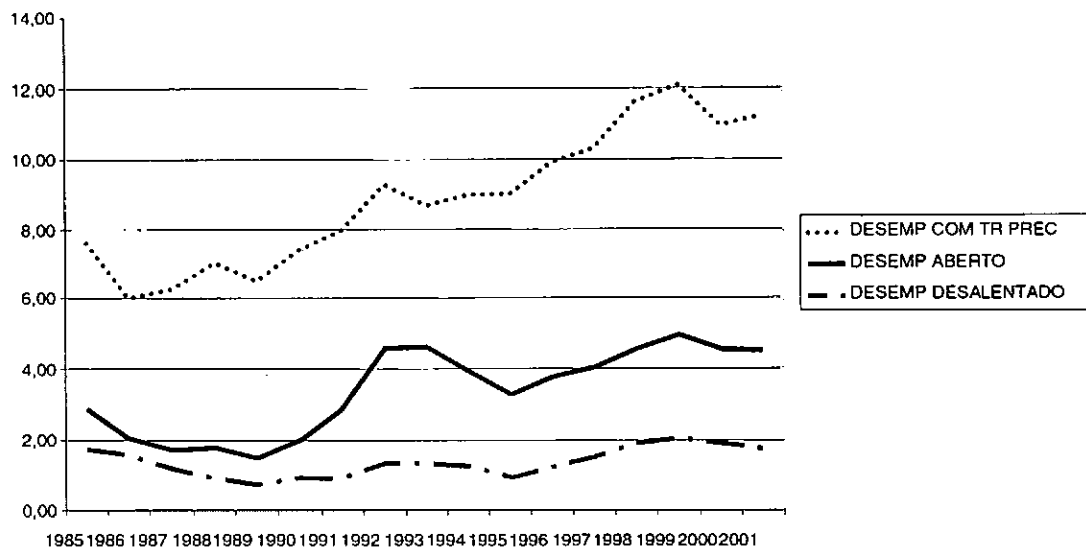
É importante notar que trabalho aqui com os dados relativos à Grande São Paulo, cujas características do mercado de trabalho diferem bastante em relação às de outras regiões do país. Trata-se de ressalva importante porque significa limitar a análise ao mercado de trabalho da Grande São Paulo ou, no máximo, a mercados regionais de trabalho cujas características sejam similares, não pretendendo, portanto, de forma alguma, procurar iluminar aspectos referentes ao mercado de trabalho brasileiro *em geral*, cuja heterogeneidade não se refere apenas às diversas situações ocupacionais mas também às diferentes configurações regionais⁵.

⁴ Sobre os critérios que operacionalizam a identificação da situação de desemprego, Freyssinet nota que se trata da combinação de um critério de situação – ter ou não um trabalho – e outro de comportamento – estar à procura, realizando esforços para conseguir um novo emprego. Essa heterogeneidade estaria na origem da fragilidade do conceito, que leva em conta menos a situação do mercado de trabalho e as possibilidades de realização do direito ao trabalho e mais o julgamento moral que está na origem da distinção entre trabalhadores e incapazes para o trabalho/vadios (FREYSSINET, 1984).

No Gráfico 1, temos a apresentação da evolução do desemprego, por tipo. O que desde o início chama a atenção nesse gráfico é a íntima relação que parecem guardar os três tipos de desemprego: o movimento de cada um é bastante similar, havendo, a partir dos anos 90, um crescimento constante comum a todos eles. Embora o desemprego aberto seja o que apresenta os picos mais acentuados, o que poderia ser explicado pelo fato de que as pessoas têm sensibilidade aos movimentos do mercado de trabalho (procurando mais quando percebem possibilidades de encontrar e deixando de procurar quando a situação fica mais difícil), o desemprego oculto pelo trabalho precário e o desemprego por desalento seguem de perto seus movimentos.

Em teoria, seria possível pensar que haveria uma correlação inversa entre desemprego aberto e desemprego por trabalho precário: quando o mercado formal se apresenta fechado, a necessidade de geração de renda “empurraria” as pessoas para o setor informal⁶.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO, POR TIPO



Fonte: PED (Seade/DIEESE), Tabulação própria⁷

No entanto, não é isso o que ocorre, o que nos leva a pensar sobre a dinâmica desse setor informal, que não se apresenta de modo algum como um setor pouco estruturado, permeável às atividades de “viração”, mas sim estreitamente relacionado ao setor formal e às suas oscilações.

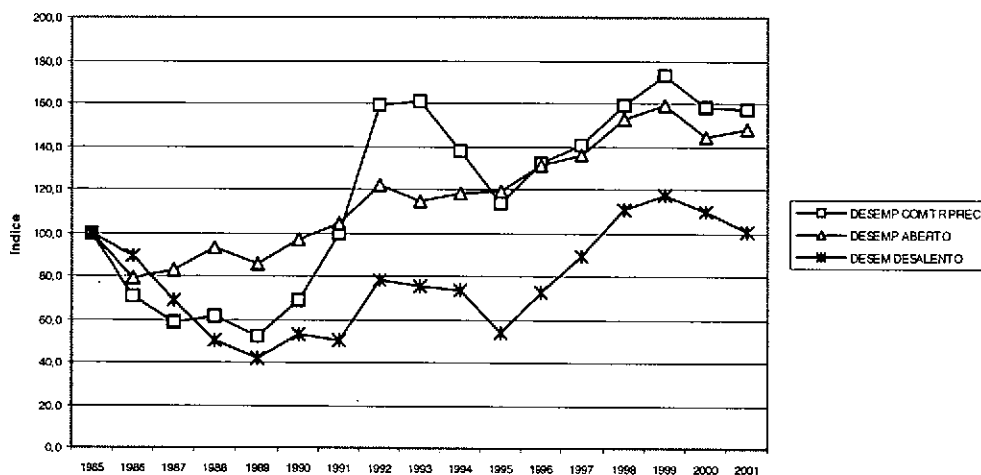
⁵ Para a apresentação de alguns dados importantes sobre as diferenças regionais, ver DIEESE (2001). Para uma discussão dos dados e os desafios propostos por eles, ver Montagner, 2003.

⁶ Isto se aceitamos a idéia de que a desorganização do mercado de trabalho, ainda que torne os postos formais de trabalho instáveis, também atua criando oportunidades de inserção – trabalhos precários e atividades de auto-ocupação utilizadas como estratégia para a sobrevivência durante os períodos de desemprego.

O Gráfico 2, que mostra o ritmo de crescimento dos três tipos de desemprego, confirma essa interpretação. Enquanto o desemprego aberto cresce continuamente, aumentando em 50% entre 1985 e 2001, o desemprego oculto pelo trabalho precário é o que aumenta de modo mais acelerado, quase dobrando no período de 15 anos. A relação próxima entre o movimento do desemprego aberto e do desemprego oculto pelo trabalho precário fica ainda mais evidente nesse gráfico.

O desemprego oculto pelo desalento segue um ritmo de crescimento mais ou menos contínuo, decrescendo entre 1985 e 1990, a partir de então aumentando constantemente e apresentando um rápido crescimento entre 1995 e 2000.

GRÁFICO 2 – ÍNDICE DE CRESCIMENTO DAS TAXAS DE DESEMPREGO, POR TIPO (1985=100)



Fonte: PED (Seade/DIEESE), Tabulação própria⁷

Em relação aos atributos pessoais, optei por trabalhar com os dados de 1989 e 2001. Como o objetivo é analisar as mudanças que ocorrem durante o processo de transformação de nosso mercado de trabalho, tomei o ano de 1989 como referência, porque marca o início da adoção de um conjunto de medidas que modificaram as relações de trabalho. A despeito da crise que caracterizou os anos 1980, o problema do desemprego era, até 1989, figurado como sintoma da estagnação, prescrevendo-se ações de estímulo ao crescimento como a solução mais certa. Era, portanto, um problema de geração de novos postos formais de trabalho.

As eleições de 1989, que elegeram Fernando Collor de Mello, operaram alguns deslocamentos em relação aos diagnósticos formulados anteriormente. Intrincou-se o problema do desemprego à legislação trabalhista em vigor, passando-se a prescrever ações de “flexibilização” como o modo privilegiado de geração de novos empregos. A partir de 1990, com a tomada de posse de Fernando Collor de Mello, inicia-se portanto um ciclo liberalizante.

⁷ A sugestão da apresentação dos dados relativos ao índice de crescimento das taxas, complementando a apresentação da evolução das taxas, me foi dada pela Prof. Nadya Guimarães.

O ano de 1989 marcou ainda o ponto máximo da regulação do mercado de trabalho brasileiro referenciado pela CLT⁸. Além disso, como podemos notar no Gráfico 1, ele também marca o término do período de declínio da taxa de desemprego, que a partir de 1990, cresce constantemente⁹.

Quando a análise se referia aos atributos pessoais, tais como sexo, escolaridade e idade, utilizei também os dados relativos aos inativos, já que o objetivo era o de pensar as “fronteiras do desemprego” e, como se verá a seguir, para alguns desses atributos, a linha que separa desempregados de inativos é bastante tênue.

Para organizar a discussão, as tabelas apresentadas trazem dados para os dois anos escolhidos como referência. Vale lembrar que não se trata aqui de realizar uma análise profunda dos dados, nem de esgotar as hipóteses que poderiam explicá-los. O objetivo da apresentação desses dados é o de tatear os limites da cada uma das categorias.

Observando a Tabela 1, confirma-se o quadro desenhado pelo Gráfico 1, ou seja, houve um grande aumento das taxas de desemprego, de modo geral. A primeira coisa que chama a atenção, ainda sem diferenciação por tipo de desemprego, é o aumento do tempo de procura: enquanto em 1989 a procura por até 3 meses concentrava a maior parte das pessoas desempregadas, em 2001 a procura de 6 a 12 meses é que passa a concentrar tais pessoas.

TABELA 1: TEMPO DE PROCURA, POR TIPO DE DESEMPREGO – 1989 E 2001 (EM %)

Tempo de Procura	Situação Ocupacional					
	Desemprego com trabalho precário		Desemprego aberto		Desemprego por desalento	
Ano (taxa anual)	1989 (1,5%)	2001 (4,5%)	1989 (6,5%)	2001 (11,2%)	1989 (0,7%)	2001 (1,7%)
Até 3 meses	62,5	31,1	75,3	43,8	51,0	25,5
De 3 a 6 meses	10,3	9,2	8,6	9,2	10,6	9,3
De 6 a 12 meses	22,5	29,8	13,8	28,2	30,2	34,4
De 1 a 2 anos	3,4	16,1	1,7	11,4	6,2	17,1
Mais de 2 anos	1,4	13,8	0,6	7,4	2,0	13,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PED (Seade/DIEESE), Tabulação própria

⁸ Tome-se, como exemplo, dados que mostram a evolução da taxa de formalização: “Considerando apenas os ocupados nos setores privados da economia, o assalariamento formal que respondia por 60,3% de todas as ocupações em 1989” – quase 60 anos após a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – “recua quase 15 pontos percentuais, representando 47,5% das ocupações em 2001, com a correspondente expansão das ocupações por conta própria e do assalariamento informal” (COMIN, 2003: 50). Ou seja, mesmo no ponto máximo alcançado pela generalização da formalidade, 40% da população economicamente ativa não participava do mercado formal.

⁹ As taxas de desemprego vinham caindo desde maio de 2004; mas desde fevereiro de 2005 voltaram a crescer (dados PED - SEADE/DIEESE).

Observando apenas o desemprego oculto pelo trabalho precário, em 1989, nota-se que a maior parte das pessoas que se encontra nessa situação (72,8%) está sem trabalho há até seis meses. Isso pode indicar que o trabalho precário aparecia, então, como uma maneira de “se virar” durante o tempo de desemprego, gerando alguma renda. Se olharmos os dados de 2001, percebemos que a situação se inverte: a faixa de tempo que recobre o período de três a seis meses de procura concentra apenas 40,3% do total de desempregados; outros 29,8% se concentram na faixa que vai de seis meses a um ano e 29,9% se encontram na faixa que vai de 1 a mais de 2 anos. O tempo de desemprego se alonga cada vez mais e, a despeito da ocupação em alguma atividade precária, diminuem as chances de retorno ao mercado formal, uma vez que a data do último registro se transforma em estigma, “sujando” a carteira de trabalho e desfazendo a identidade com a última função desempenhada¹⁰. Para melhor compreender os significados conjugados do longo tempo de desemprego e do ingresso no setor informal, seria necessária uma análise de tipo longitudinal, mas ainda assim os dados provocam a pensar se tais pessoas não teriam realizado uma transição sem volta para a informalidade¹¹.

O desemprego aberto, a categoria que concentra as pessoas cuja única atividade é a procura, também registra o aumento do tempo de procura, embora ainda concentre 53% de pessoas que procuram até 6 meses (em 2001). Esse dado indica a dificuldade de permanência na situação de desemprego aberto, seja devido à falta de um sistema de seguridade social, seja devido à dificuldade de manter a expectativa de encontrar um novo trabalho. Não à toa, enquanto a taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário triplicou durante o período analisado, e o desemprego oculto pelo desalento mais que dobrou, o desemprego aberto aumentou menos que 50%, o que significa sem dúvida um grande aumento, mas indica que aquelas formas de desemprego que poderíamos chamar de “atípicas” aumentaram de modo muito mais veloz.

Quanto ao desemprego oculto pelo desalento, há que se ter em conta que, de acordo com a metodologia da PED, trata-se de pessoas que estão sem trabalho há *pele menos 12 meses*. A faixa de tempo de procura refere-se à resposta dada à questão “Durante quanto tempo o sr (a) ficou (está) procurando trabalho?” (SEADE, 2001: 31). É possível notar que esse tempo se alonga bastante: enquanto 61,6% das pessoas nessa situação procuravam trabalho por até 6 meses em 1989, e 8,2% procuravam entre 1 a 2 anos ou por mais do que 2 anos, em 2001, 34,8% procuravam por até 6 meses, e 30,9% haviam procurado trabalho por 1 a 2 ou mais do que por 2 anos.

Pode-se perceber que a variável *tempo de procura* tem alguma importância explicativa para a diferenciação dos tipos de desemprego. Os dados parecem indicar a dificuldade de permanência na situação de desemprego aberto e a transformação do trabalho precário em forma “normal” de geração de renda (ou, por outro lado, a generalização dessa situação, incorporando à mão-de-obra que nunca teve lugar no mercado formal de trabalho, os egressos desse mercado, ou seja, aqueles que deixaram de ter lugar)¹².

¹⁰ Arrisco essa interpretação, a despeito dos dados não serem suficientes para fazê-lo, tendo como referência as várias entrevistas realizadas durante a pesquisa de mestrado.

¹¹ Para uma descrição das possibilidades de esclarecimento oferecidas pelas pesquisas longitudinais, ver CARUSO e PERO (1997) e GUIMARÃES (2002).

¹² De novo, os dados não permitiriam arriscar essa interpretação sem que fossem complementados

Os dados relativos ao desemprego oculto pelo desalento, uma vez que acompanham a tendência ao alongamento do tempo de procura indicam que essa situação está intimamente referida à situação do mercado de trabalho como um todo: alonga-se também o tempo visto como necessário para encontrar um novo posto de trabalho, e as pessoas persistem buscando por um tempo mais longo antes de desistir.

Os dados relativos ao tempo de procura e ao desemprego por desalento diferem dos dados encontrados em mercados de trabalho mais estruturados, nos quais o *tempo de procura* aparece como variável explicativa da maior importância, sinalizando as dificuldades de manutenção da identidade de trabalhador frente às mudanças no mundo do trabalho. Assim, naquele contexto, há uma correlação bastante direta entre o tempo de procura e o desalento (ver, por exemplo, DEMAZIÈRE, 1995a), ao mostrar que quando se trata da situação de desalento, ainda que existam diferenças entre homens e mulheres – com maiores taxas de desemprego de longa duração para as mulheres – e entre diferentes faixas etárias, o fator “tempo de desemprego” se sobrepõe a ambos como variável explicativa, principalmente em casos de tempo de desemprego superior a dois anos).

A partir dos dados analisados até aqui, é possível notar que há diferenças entre o desalento em 1989 e o de 2001, mas tais diferenças parecem indicar que o desalento, entre nós, segue de perto os movimentos do mercado de trabalho em geral: como aumentam as taxas de desemprego aberto e aumenta o tempo de procura de um modo geral, a tolerância a continuar procurando a despeito de não encontrar trabalho também aumenta. Isso pode indicar que, na raiz da situação do desalento, está o equacionamento, realizado pela pessoa, entre a situação geral – do mercado de trabalho – e sua situação individual. Tal equacionamento, então, define o que é ou não “normal”, e orienta a escolha entre continuar ou parar de procurar¹³.

A Tabela 2a, que traz os dados referentes à faixa etária, segundo o tipo de desemprego e incluindo os inativos, também mostra que importantes mudanças aconteceram durante o período considerado para a análise.

De modo geral, observa-se que, entre os desempregados, diminui o número de pessoas entre 10 e 17 anos. É interessante notar que a inatividade aumenta também nessas faixas etárias, sendo mais significativo o aumento entre jovens de 15 a 17 anos. Esses dados podem indicar, principalmente se os pensamos em relação à Tabela 4, tanto que tais jovens estão afastados do mercado de trabalho em virtude de passarem mais anos na escola, quanto podem indicar a sensibilidade à situação geral do mercado de trabalho, provocando a desistência da procura ou, reforçando a hipótese acima, a construção da empregabilidade por meio do aumento da escolaridade e da qualificação.

com análises longitudinais; se arrisco tal interpretação é com referência à pesquisa de campo e às trajetórias das pessoas que encontrei. De todo modo, tal hipótese teria que ser melhor investigada pois que há enormes diferenças entre os indivíduos que sofreram as conseqüências dos processos de flexibilização, conforme o nível de escolaridade e ocupação e conforme o ramo de atividade no qual trabalham.

¹³ Essa hipótese ganha reforço a partir do relato dos entrevistados. Encontrei algumas pessoas que, após um período de desalento ou inatividade, voltavam a procurar emprego. Quando perguntadas sobre os motivos para terem decidido voltar a procurar, ao lado da necessidade de trabalhar vinha o relato da sensação, por terem ouvido na televisão ou no rádio a divulgação de pesquisas, de que “as coisas estavam melhorando”.

TABELA 2A: FAIXA ETÁRIA, POR TIPO DE DESEMPREGO, MAIS INATIVOS - 1989 E 2001 (EM %)

Idade	Situação Ocupacional							
	Desemprego com trabalho precário		Desemprego aberto		Desemprego por desalento		Inativo Puro	
Ano (taxa anual)	1989 (1,5%)	2001 (4,5%)	1989 (6,5%)	2001 (11,2%)	1989 (0,7%)	2001 (1,7%)	1989	2001
10 a 14 anos	6,3	1,9	12,2	3,7	8,9	4	27,5	25,9
15 a 17 anos	11,2	8	19,6	15,6	20	15	6,2	9,4
18 a 24 anos	27,6	27,6	32	34,8	27,3	24,1	8,9	8,4
25 a 39 anos	40	36,5	27	28,7	31,9	27,8	19,7	13,3
40 anos e mais	14,8	26,1	9,2	17,2	12	29,2	37,7	43
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: PED (Seade/DIEESE), Tabulação própria

Por outro lado, entre os desempregados, aumenta o número de pessoas que têm 40 anos e mais, observando-se a mesma mudança em relação aos inativos. É importante notar que se trata de uma faixa bastante ampla, o que poderia tornar difícil a análise (de início, optei por trabalhar com as mesmas faixas etárias utilizadas pela Fundação Seade, quando divulga os dados).

Para contornar essa possível dificuldade, testei trabalhar com os dados dessa faixa desagregados (vide Tabela 2b) e, surpreendentemente, a maior parte dos indivíduos, tanto nos dados de 1989 quanto nos de 2001, concentrava-se entre 40 e 50 anos. Isso significa que a faixa utilizada, mesmo que ampla, apreende bem o aumento do desemprego entre a população de mais de 40 anos. Porém, ela dificulta a visibilidade do fato de que esse desemprego atinge principalmente a população de 40 a 50 anos, portanto, pessoas em idade ativa que acabam sendo “empurradas” para fora do mercado de trabalho. Observa-se que a taxa de inatividade também aumenta para essa faixa, porém, ela aumenta mais na população acima de 50 anos e 60 anos, indicando que tal aumento se deve em grande medida ao envelhecimento da força de trabalho.

A partir da Tabela 2b, podemos ainda notar que as pessoas que têm entre 40 e 50 anos, além de mais sujeitas ao desemprego aberto, acabam também mostrando-se mais vulneráveis a resvalar para as outras formas de desemprego: o desemprego oculto pelo trabalho precário quase dobra e o desemprego oculto pelo desalento quase triplica para essa faixa etária. Como apontamos em relação ao tempo de procura, o incremento dessas outras formas de desemprego podem significar maior vulnerabilidade, mas também podem indicar a assunção das representações sociais do “empregado típico” –

quanto mais circula a idéia de que “o empregador não pega pessoas com mais de 40 anos”, maior a probabilidade daqueles que têm mais de 40 anos se afastarem da procura efetiva. Os dados indicariam, assim, não o envelhecimento da força de trabalho, mas sua precoce obsolescência.

TABELA 2B: FAIXA ETÁRIA DE 40 ANOS E MAIS, POR TIPO DE DESEMPREGO – 1989 E 2001 (EM %)

Idade	Situação Ocupacional							
	Desemprego com trabalho precário		Desemprego aberto		Desemprego por desalento		Inativo Puro	
Ano (taxa anual)	1989 (1,5%)	2001 (4,5%)	1989 (6,5%)	2001 (11,2%)	1989 (0,7%)	2001 (1,7%)	1989	2001
40 anos e mais	14,8	26,1	9,2	17,2	12	29,2	37,7	43
40 a 50 anos	11	19,5	6,7	11,7	6,2	17,4	10,6	10,9
51 a 60 anos	2,5	5,7	1,8	4,4	4	8,4	10,4	11,2
60 anos e mais	1,3	0,8	0,7	1	1,8	3,4	16,7	20,9

Fonte: PED (Seade/DIEESE), *Tabulação própria*

Em relação à Tabela 2a, um comentário ainda deve ser feito no que se refere a um pequeno aumento do desemprego aberto na faixa dos 18 aos 24 anos e também dos 25 aos 39 anos. Quando se toma o desemprego oculto, seja ele por trabalho precário ou por desalento, observamos o contrário, há uma queda nas taxas de desemprego para essas duas faixas. A exemplo do que já expusemos acima, essas pequenas mudanças talvez estejam a indicar o deslocamento das representações quanto ao perfil do “empregado típico”: esse intervalo breve de idade se transformou no intervalo breve da idade ativa e, por isso, os indivíduos insistem mais na procura. Ao mesmo tempo, a se levar em conta a Tabela 4, trata-se provavelmente de uma parcela da população com maior nível de escolaridade, o que reforça a hipótese de que são pessoas com maior potencial – real ou imaginário – de empregabilidade¹⁴.

¹⁴ Levanto tal hipótese a partir do universo de jovens encontrados em minha pesquisa, principalmente tendo em conta que a população que hoje está com 18 a 20 anos é uma população que cresceu sob os auspícios de pais que têm (ou tinham) a escolaridade em alta conta, realizando esforços imensos para garantir aos filhos ao menos o 2º grau completo. Devo esta percepção a conversas com Maria Inês Caetano Ferreira, sobre sua pesquisa em uma favela da cidade de São Paulo. Seu trabalho tem o imenso mérito de tornar claras algumas das maneiras pelas quais a cidade constrói trajetórias e possibilidades de transgredi-las, mostrando, assim, de que modo o trabalho e seus significados estão imbricados às experiências do urbano, tanto no que se refere aos pais quanto em referência aos filhos. Essa teia de relações, representações, espacialidades resulta em mais heterogeneidade, reposta, agora, como pluralidade da experiência urbana (CAETANO, 2004).

TABELA 3: SEXO, POR TIPO DE DESEMPREGO, MAIS INATIVOS – 1989 E 2001 (EM %)

Sexo	Situação Ocupacional							
	Desemprego com trabalho precário		Desemprego aberto		Desemprego por desalento		Inativo Puro	
Ano (taxa anual)	1989 (1.5%)	2001 (4.5%)	1989 (6.5%)	2001 (11,2%)	1989 (0.7%)	2001 (1.7%)	1989	2001
Masculino	68,4	62,3	50,7	42,1	33	34,3	27,9	34,5
Feminino	31,6	37,7	49,3	57,9	67	65,7	72,1	65,5
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Dados: PED (Seade/DIEESE), Tabulação própria

Quanto ao sexo, a mudança que chama imediatamente a atenção refere-se à inversão da distribuição do desemprego aberto no que diz respeito ao sexo. Enquanto em 1989 há equilíbrio, em 2001 as mulheres passam a representar 57,9% dos indivíduos em situação de desemprego aberto. Esse dado não é facilmente explicável.

Uma primeira hipótese refere-se à intensificação da entrada feminina no mercado de trabalho: mudanças culturais em relação ao papel da mulher na família; mudanças econômicas, que transformaram o trabalho feminino em parte imprescindível do orçamento doméstico e mudanças no próprio mercado de trabalho que constituem em estímulos para que mais mulheres se afirmem à procura de trabalho.

Por outro lado, a análise dos dados referentes aos outros tipos de desemprego nos oferece algumas outras possibilidades de análise. Tomando os dados relativos ao desemprego oculto pelo trabalho precário e também ao desemprego oculto pelo desalento, observamos que não registram nenhuma mudança: enquanto o primeiro aparece como fundamentalmente masculino, o outro aparece como tipicamente feminino.

Isso significa dizer que, quanto ao sexo, o desemprego aberto realmente oculta duas realidades. A primeira, a de que os homens são mais vulneráveis a recorrer a trabalhos precários quando vivem situações de desemprego. A segunda, a de que mulheres estão mais sujeitas a desistir da busca, provavelmente porque seu papel, ainda que se tenha modificado ao longo dos anos tomados como referência, continua legitimando sua permanência no espaço da casa.

O último aspecto que vale notar, em relação à Tabela 3, refere-se à composição da inatividade. Como se pode notar, a estrutura da inatividade, no que se refere ao sexo, aproxima-se bastante da estrutura do desemprego oculto pelo desalento. Isso reforça a hipótese de que o desemprego aberto e as formas de medi-lo estão pautadas por critérios que definem o “desempregado típico”, quanto à idade, ao sexo, ao nível de escolaridade¹⁵. Menos que expressar “a realidade” da dinâmica do mercado de trabalho, tais critérios operam também no sentido de legitimar ou não comportamentos e é assim

¹⁵ Ver, a este respeito, MARUANI, 2002.

que os homens, mesmo quando se toma o quadro desenhado pelo “desemprego total”, ou seja, quando tomamos os dados relativos às formas ocultas de desemprego, aparecem como trabalhadores – desempregados ou precariamente empregado - enquanto as mulheres transitam com mais facilidade ao espaço da casa, desistindo da procura. Tratam-se, é claro, de diferentes papéis socialmente legitimados, mas são aspectos importantes para a compreensão das figurações de desemprego, bem como das diferentes expectativas sociais em relação aos diferentes desempregados.

Tal hipótese é reforçada quando se observa a relação entre o tipo de desemprego vivido e a posição no ciclo de vida, o que aqui tentarei expor utilizando, em conjunto, as variáveis sexo e faixa etária, conforme as tabelas expostas a seguir.

A Tabela 3a indica que houve diminuição do desemprego aberto nas faixas dos 10 aos 17 anos, de modo geral, sem distinção quanto ao sexo. Nas duas faixas seguintes, porém, a variável sexo revela uma distinção importante pois a diferença entre homens e mulheres (com maiores taxas para estas), que em 1989 era de um pouco mais de um ponto percentual, passa a ser de mais de seis pontos em 2001. Esse dado sugere-nos que a carreira reprodutiva não retira mais as mulheres do mercado de trabalho e revela também que são elas as mais sujeitas ao desemprego durante sua idade ativa.

TABELA 3A: COMPOSIÇÃO DO DESEMPREGO ABERTO, POR SEXO E FAIXA ETÁRIA, 1989 E 2001 (EM %)

Ano (taxa anual)	1989 (6,5%)		2001 (11,2%)	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Sexo				
Faixa Etária				
De 10 a 14 anos	8,1	4,2	2,1	1,6
De 15 a 17 anos	8,5	11,1	6,8	8,8
De 18 a 24 anos	15,9	16,2	14,2	20,6
De 25 a 39 anos	12,9	14,1	10,9	17,8
Mais de 40 anos	5,4	3,8	8,1	9,1
Total	50,7	49,3	42,1	57,9

Fonte: PED (Seade/DIEESE) Tabulação própria

A Tabela 3b, por sua vez, que traz os dados relativos ao desemprego oculto pelo trabalho precário, mostra novamente que há diminuição da ocorrência desse tipo de desemprego na faixa que abrange dos 10 aos 17 anos – e esta diminuição é bem mais acentuada para os homens: pouco mais de 3% para eles, enquanto para elas a ocorrência deste tipo de desemprego diminui em cerca de 0,5%.

TABELA 3B: COMPOSIÇÃO DO DESEMPREGO OCULTO PELO TRABALHO PRECÁRIO, POR SEXO E FAIXA ETÁRIA, 1989 E 2001 (EM %)

Ano (taxa anual)	1989 (6,5%)		2001 (11,2%)	
Sexo	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Faixa Etária				
De 10 a 14 anos	8,1	4,2	2,1	1,6
De 15 a 17 anos	8,5	11,1	6,8	8,8
De 18 a 24 anos	15,9	16,2	14,2	20,6
De 25 a 39 anos	12,9	14,1	10,9	17,8
Mais de 40 anos	5,4	3,8	8,1	9,1
Total	50,7	49,3	42,1	57,9

Fonte: PED (Seade/DIEESE) Tabulação própria

Entre os homens, nota-se que este tipo de desemprego aumenta na faixa de 18 a 24 anos e na de mais de 40 anos – aqueles que seriam os pontos extremos das trajetórias de trabalho. Entre as mulheres, aumenta a ocorrência de desemprego oculto pelo trabalho precário para aquelas que têm entre 25 e 39 anos e, mais acentuadamente, entre aquelas com mais de 40 anos (triplicando durante o período considerado).

A Tabela 3c traz os dados relativos ao desemprego oculto pelo desalento.

TABELA 3C: COMPOSIÇÃO DO DESEMPREGO OCULTO PELO DESALENTO, POR SEXO E FAIXA ETÁRIA, 1989 E 2001 (EM %)

Ano (taxa anual)	1989 (1,5%)		2001 (4,5%)	
Sexo	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Faixa Etária				
De 10 a 14 anos	5,2	1,1	1,1	0,8
De 15 a 17 anos	8,3	2,9	5,7	2,3
De 18 a 24 anos	16,5	11,1	18,2	9,4
De 25 a 39 anos	26,8	13,2	21,1	15,5
Mais de 40 anos	11,6	3,3	16,3	9,8
Total	68,4	31,6	62,3	37,7

Fonte: PED (Seade/DIEESE) Tabulação própria

Primeiro ponto que chama a atenção: o imenso crescimento dessa situação entre crianças de 10 a 14 anos, independentemente do sexo. Nas faixas seguintes, seja para os homens, seja para as mulheres, diminui a frequência deste tipo de desemprego – e para as mulheres, absoluta maioria na experiência do desemprego por desalento, a diminuição é mais acentuada. Mas o que impressiona mesmo é o crescimento das taxas entre pessoas com mais de 40 anos. Mais de metade das mulheres que se encontram em desemprego por desalento em 2001 tem mais de 40 anos; entre os homens, um terço dos que se encontram nessa situação em 2001 também tem mais de 40 anos.

O que a análise desses dados, que combinam tipo de desemprego, sexo e idade, pode nos indicar? De modo geral, eles confirmam que cada um dos tipos de desemprego revela aspectos importantes sobre as diferentes realidades vividas por homens e mulheres. As mudanças ocorridas nas taxas de desemprego aberto mostram que a intensa entrada das mulheres no mercado de trabalho é um importante sintoma de que mudanças sócio-culturais aconteceram na última década, mas ao mesmo tempo indicam que elas são mais vulneráveis a estarem desempregadas do que os homens.

Complementando essa interpretação, verifica-se que o desemprego oculto pelo trabalho precário continua referindo-se principalmente aos homens. Porém, a concentração das pessoas que vivem essa situação nas faixas etárias que marcam o início e o final da participação no mercado de trabalho, dão notícia do estreitamento do período de atividade, devido à crescente necessidade de escolarização e à obsolescência precoce dos trabalhadores. São os jovens e os mais velhos, os que estão ingressando e os que estão em vias de sair, os que estão mais sujeitos a experimentar a situação de desemprego oculto pelo trabalho precário.

O desemprego oculto pelo desalento, por sua vez, continua também referindo-se às mulheres; mas a variável faixa etária indica um deslocamento importante: os dados sugerem que o desalento deixa de ser uma prerrogativa das mulheres em idade ativa, que transitavam para a inatividade a despeito de sua vontade de trabalhar. Conforme apontei, entre tais mulheres o desalento diminui bastante entre 1989 e 2001.

As mulheres que passam a experimentar o desalento são mulheres mais velhas, assim como mais velhos são os homens nessa situação – dessa maneira, embora em 1989 a categoria desemprego oculto pelo desalento exercesse papel importante para explorar as fronteiras entre desemprego e inatividade, revelando que as mulheres ficavam “fora da conta” do desemprego devido às representações sobre seu lugar social, talvez os dados de 2001 estejam a dar notícia de um importante deslocamento: atingindo principalmente pessoas mais velhas, o desemprego por desalento hoje pode estar se tornando mais atrelado à variável *tempo de procura*, conjugada com a falta de perspectivas de retorno, devido à circulação de idéias e valores bastante restritivos acerca dos critérios de empregabilidade. Ademais, como já chamei a atenção a partir da Tabela 2b, o desemprego (dos três tipos) aumentou muito na faixa dos 40 anos e mais, atingindo principalmente as pessoas que têm entre 40 e 50 anos; pessoas, portanto, que ainda estão em idade ativa.

Na Tabela 4, podemos notar, à primeira vista, o aumento geral do nível de escolaridade, que certamente não está restrito apenas aos desempregados, mas caracteriza a mão-de-obra em geral.

Observando os dados de 1989, apenas em relação ao desemprego aberto, notamos que havia 5% de analfabetos e 62,2% de pessoas sem o ensino fundamental completo. Em 2001, os analfabetos são 3% e as pessoas sem o ensino fundamental completo 34,5%, uma imensa diferença, portanto. Se nos concentrarmos na faixa que abrange pessoas com ensino médio completo e ensino superior incompleto, a diferença é ainda mais visível: 8,8% em 1989 e 28,1% em 2001, o que mostra que os indivíduos não apenas completaram mais o ensino fundamental, mas permaneceram na escola por mais tempo.

Tais mudanças se devem a um entrecruzamento de fatores tais como o aumento do tempo médio de anos de estudo¹⁶ e a constituição de novos padrões de empregabilidade.

Tomando o desemprego oculto pelo trabalho precário, notamos que tanto em 1989 quanto em 2001, os indivíduos que se encontram nessa situação apresentam grau de escolaridade inferior àquele apresentado pelas pessoas em desemprego aberto ou em desemprego oculto pelo desalento, revelando a vulnerabilidade de tais pessoas em relação ao mercado formal de trabalho.

Quando observamos as mudanças ocorridas em relação ao desemprego oculto pelo desalento, percebemos duas coisas. A primeira é que, em 1989, se considerarmos as faixas que abrangem as pessoas com ensino médio completo + superior incompleto e superior completo, as pessoas que se encontravam nessa situação apresentavam grau de escolaridade superior ao daquelas que se encontravam em desemprego aberto. Isso poderia indicar que as pessoas alocadas nessa categoria, em 1989, por se tratar de pessoas com mais escolaridade, eram pessoas portadoras de um *estatuto*, definido a partir de um tipo de inserção no mercado de trabalho¹⁷.

A relação entre o desemprego aberto e o oculto pelo desalento, no que se refere à faixa mencionada acima, inverte-se em 2001. O nível de escolaridade dos indivíduos que se encontram em desemprego oculto pelo desalento se torna mais baixo, em relação ao desemprego aberto. Assim, em 2001, notamos que o desemprego oculto pelo desalento passa a concentrar mais pessoas analfabetas ou com ensino fundamental incompleto em relação ao desemprego aberto.

¹⁶ Segundo dados do IBGE, entre 1996 e 1999 houve uma queda de 2,5% nas taxas de analfabetismo entre pessoas de 10 anos ou mais, sendo que entre pessoas de 10 a 14 anos, essa queda foi bem mais acentuada, de 4,5%. No entanto, ainda que as taxas de analfabetismo sejam decrescentes nos últimos anos, se somadas às taxas das pessoas com pouca escolaridade, a população incluída nessas situações chega a 40% (Incluímos aqui as pessoas com menos de 3 anos de instrução, ou seja, sem completarem ao menos a 4ª série, hoje tida como o período necessário à consolidação da alfabetização. Os dados utilizados são na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio, PNAD – 2001). Ainda, a partir dos dados, é possível perceber que, enquanto a taxa de analfabetismo cai mais rapidamente entre os jovens (51,8% em 3 anos); entre as pessoas mais velhas ela cai com bem menos velocidade (17,9% para o mesmo período), revelando a dificuldade em sanar as deficiências escolares na vida adulta.

¹⁷ Os dados da PED não permitem afirmar que existe uma identidade entre escolaridade e qualificação. No entanto, se observarmos, por exemplo, a Pesquisa de Orçamento Familiar – POF (DIEESE) e as diferentes composições familiares por estrato de renda, obtemos informações importantes que ampliam o entendimento dos diferentes tipos de inserção que encontram na escolaridade um importante fator de explicação: “Um segundo aspecto que se observa (nos dados da POF de 1995) diz respeito à brutal diferença do nível educacional entre as famílias. Neste caso, trata-se de um indicador mais evidente para explicar um baixo padrão de vida e sua reprodução. Nota-se que 10,4% (dos chefes de família do estrato inferior de renda) não possuem nenhuma instrução e 25% só o primário incompleto, ou seja, enquanto um quarto dos chefes de família do estrato superior tem grau universitário, cerca de 50,6% deles no estrato inferior, excluídos os sem instrução, concluiu somente o antigo primário (1ª a 4ª séries)”, (DIEESE, 1995).

TABELA 4: NÍVEL DE ESCOLARIDADE, POR TIPO DE DESEMPREGO, MAIS INATIVOS – 1989 E 2001 (EM %)

Escolaridade	Situação Ocupacional					
	Desemprego com trabalho precário		Desemprego aberto		Desemprego por desalento	
Ano (taxa anual)	1989 (1,5%)	2001 (4,5%)	1989 (6,5%)	2001 (11,2%)	1989 (0,7%)	2001 (1,7%)
Analfabeto	6,5	5,0	5,0	3,0	4,7	4,1
Ensino Fundamental Incompleto	64,2	47,3	62,2	34,5	63,0	40,6
Ensino Fundamental Completo + Ensino Médio Incompleto	18,3	25,9	21,1	30,5	19,3	29,9
Ensino Médio Completo + Ensino Sup. Incompleto	8,9	19,4	8,8	28,1	9,8	22,2
Ensino Superior Completo	2,0	2,4	2,9	3,9	3,3	3,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Dados: PED (SEADE/DIEESE), Tabulação própria

A partir dos dados analisados, é possível sugerir que houve alguns deslocamentos importantes desde quando a PED foi concebida até hoje, mudando a situação circunscrita por meio da categoria desemprego por desalento.

Vale lembrar, a PED foi desenhada em 1984, a partir da experiência de 1983 da Pesquisa das Condições de Vida – PCV, realizada pelo DIEESE. O objetivo era, como já foi dito, criar categorias que pudessem captar as situações ocupacionais que ficavam subsumidas nas tradicionais categorias emprego, desemprego (aberto) e inatividade.

Como observa-se nos dados, o desemprego oculto pelo desalento segue de perto os movimentos dos outros tipos de desemprego, indicando as relações que guardam entre si, em relação a um mesmo mercado de trabalho.

As análises realizadas, em relação aos dados de 1989, sugerem que a categoria circunscrita a situação de pessoas cujo tempo de procura por um novo trabalho era superior ao de pessoas que viviam outros tipos de desemprego. A categoria também concentrava, em relação aos outros tipos de desemprego, pessoas entre 10 e 17 anos, com mais de 40 anos e mulheres em idade ativa – reforçando a hipótese de que o desalento teria como fronteira a inatividade – e, finalmente, em relação ao nível de escolaridade, a categoria concentrava pessoas com nível médio completo e superior, completo e incompleto.

Desse modo, tais dados sugerem que a categoria desemprego oculto pelo desalento operava como reveladora das situações facilmente confundíveis com a inatividade, pensando-as a partir da noção de *direito ao trabalho* e pondo no centro da discussão não o comportamento de procura efetiva, mas a disponibilidade para o trabalho.

A situação que acabamos de descrever muda bastante quando observamos os dados relativos a 2001. Em relação ao tempo de procura, observamos que, ainda que este seja bastante superior ao tempo de procura que caracteriza o desemprego aberto, trata-se de uma média bastante próxima ao do desemprego oculto pelo trabalho precário, o que sugere que a variável *tempo de procura* é muito importante quando se trata de conferir visibilidade ao desemprego. Quanto maior o tempo de desemprego, maior a probabilidade de que ele se torne oculto. Isso pode significar que, a despeito da constatação geral do aumento do tempo da procura, persiste ainda a representação social do desemprego como um *tempo de transição* e este tempo opera delimitando aqueles que são ou não desempregados *stricto sensu*, seja pela necessidade de aceitar qualquer “bico” – sendo deslocado para o desemprego por trabalho precário –, seja conformando-se a outros espaços, abandonando a identidade com o trabalho.

Em relação à idade, observamos que diminui para menos da metade a porcentagem de pessoas que estão na faixa entre 10 e 17 anos, a categoria desemprego oculto pelo desalento concentrando menos pessoas nessa faixa em relação às outras categorias. De outro lado, observamos o aumento de pessoas nessa faixa etária que são inativas. À luz dos dados relativos ao nível de escolaridade, levantamos a hipótese de que tal mudança revela o maior tempo de permanência dos jovens na escola, em busca de atender os novos padrões de empregabilidade. Por outro lado, observamos que a categoria, além de concentrar as pessoas com 40 anos e mais (das quais 17,4% têm entre 40 e 50 anos), registra um aumento nessa faixa de quase 200%, passando de 12% a 29%. Esse dado dá notícia do envelhecimento da mão-de-obra, mas também de sua precoce obsolescência, empurrando pessoas com mais de 40 anos ou para o trabalho precário ou para a inatividade.

Quanto ao sexo, não há nenhuma mudança: o desemprego oculto pelo desalento é fundamentalmente feminino e, a despeito da intensa entrada feminina no mercado de trabalho, a categoria continua capturando a situação das mulheres, que transitam mais facilmente para a inatividade. Quando confrontamos esse dado com as mudanças ocorridas em relação ao desemprego aberto e ao desemprego oculto pelo trabalho precário, temos notícia da persistência de representações sociais sobre o lugar da mulher.

Por outro lado, quando conjugadas as variáveis sexo e faixa etária, um importante deslocamento aparece, em relação a 1989, pois encontramos um grande aumento de homens e mulheres, com mais de 40 anos, em situação de desemprego por desalento. A idade, assim, parece estar se sobrepondo ao sexo como variável explicativa – pelo menos para essa faixa etária. Esse dado reforça a interpretação sobre a obsolescência precoce, à qual me referi acima.

Finalmente, quanto ao nível de escolaridade, observamos que a categoria passa a concentrar pessoas analfabetas e com o ensino fundamental incompleto, indicando um importante deslocamento em relação ao que a categoria capturava em 1989.

A partir da apresentação dos dados da PED, que contribuem para a exploração dos limites das fronteiras da categoria “desemprego”, estabelece-se um importante conjunto de questões pois que, se é verdade que a categoria “desemprego oculto pelo desalento” é capaz de tornar um pouco menos cinzento o “halo do desemprego”, contribuindo para distinguir os diferentes tipos de desemprego tornados possíveis em nossa sociedade, é preciso também reconhecer que a análise dos dados não é suficiente para sinalizar a direção das mudanças. A partir dos dados, é possível construir uma espécie de perfil em relação aos indivíduos que estão mais sujeitos a experimentar um ou outro tipo de desemprego, mas não é possível compreender a complexidade de relações sociais que os levam até um ou outro.

É interessante perceber que, mesmo nos países de mercado considerado como homogêneo, as mudanças que têm ocorrido no mercado de trabalho acabaram provocando o esforço por uma melhor compreensão das novas situações. É assim que alguns autores, ao tratarem das novas figuras do desemprego – “desemprego de longa duração”, “desemprego por desalento” – e das novas figuras do trabalho – “trabalho a tempo parcial”, “trabalho sub-remunerado” – acabam por demonstrar as limitações da categoria “desemprego” para o entendimento do que está acontecendo. Tais autores, ainda que tenham como tema diferentes aspectos da questão – a questão da longa duração ou do desemprego entre jovens ou mulheres – acabam chamando a atenção para o problema da necessidade de qualificação do desemprego, pondo em xeque a idéia mesma de que se trata de uma categoria unívoca. Seguirei, para ilustrar o argumento, o texto de Maruani, mas existem discussões interessantes também em FREYSSINET, 1991 e DEMAZIÈRE, 1995a.

Maruani (2002), por exemplo, num texto muito estimulante, trabalha com o que chama de “fronteiras do desemprego”. Questionando os dados relativos ao desemprego que mostram que, na França, este diminuiu nos últimos cinco anos, ela se preocupa em mostrar o que fica de fora nessa conta, por exemplo, os assalariados precários e os trabalhadores pobres¹⁸, bem como mulheres, jovens e trabalhadores cuja idade os põe no limite entre atividade e aposentadoria.

Sua preocupação é, claramente, não permitir que a discussão sobre o desemprego

¹⁸ Maruani faz uma distinção entre essas duas situações. A autora procura traçar as diferenças entre o que compreende por *salarié-e-s pauvres* da noção norte-americana de *working poors*. O primeiro aspecto levantado refere-se ao estabelecimento da linha de pobreza: enquanto os norte-americanos formulam tal linha tendo em conta uma quantidade x necessária à satisfação de necessidades alimentares (portanto, em termos absolutos), a noção francesa estabelece tal linha em relação ao Salário Mínimo de Inserção (portanto, em termos relativos). Outro ponto se refere à presença no mercado de trabalho e, finalmente, ao cálculo do nível de vida familiar. Maruani conclui, então, que os “working poors” se aproximariam mais da idéia de “actifs pauvres”, diferenciando, dessa forma, ocupação e assalariamento. Tal aspecto é importante porque ela vai postular pela adoção do critério do assalariamento, uma vez que o objetivo de tais estudos é compreender um tipo de pobreza específica, que está ligada ao trabalho e que, portanto, precisa deixar de fora quem está excluído das relações de trabalho reconhecidas como legítimas (desempregados, trabalhadores precários, etc.): “...após haver tentado identificar as diversas formas de desemprego e de inatividade provocadas pela escassez de emprego, agora se trata de assinalar tudo o que a pressão do desemprego fez impulsionar a pauperização dos assalariados. O objeto não é a pobreza em si, mas a pobreza dos rendimentos do trabalho, aquela que advém da degradação das condições de emprego, aquela que diz respeito aos assalariados (as) e não aos ‘excluídos(as)’ do mercado de trabalho” (2002: 106; grifos meus).

esteja descolada do modo de funcionamento do mercado de trabalho – que é o que acontece quando se tomam as estatísticas como um indicador em si mesmas:

A potencial elevação dos empregos atípicos, assim como o desenvolvimento da pobreza laboriosa são os frutos deteriorados do desemprego de massa que experimentamos por mais de vinte anos. Mas quando o número de desempregados diminui, o que acontece com os assalariados precários e com os trabalhadores pobres? Esta é a questão: não será ao preço da pobreza laboriosa e da desestabilização do emprego que conseguimos suavizar o desemprego? (Maruani, 2002: 8).

Na atenção que dedica às situações de indefinição, Maruani formula uma hipótese interessante, qual seja, a de que, mesmo durante o período de “pleno emprego”, a categoria “desemprego” só torna visível um *determinado tipo de desemprego* – especialmente o desemprego masculino, de homens em idade ativa e que possuem uma profissão definida e estável. Explicitar essa hipótese é mais do que fazer reconhecer que a categoria “desempregado” se estabelece frente à constituição de uma sociedade assalariada; significa pôr em cena aqueles que sempre tomaram parte nesta mesma sociedade de modo marginal, incompleto e não inteiramente legítimo: aqueles que ela denomina como os “desempregados da sombra”. Por isso, a autora formula sua questão a partir da situação dos jovens, dos imigrantes e, notadamente, das mulheres: tratam-se de trabalhadores mais sujeitos ao trânsito pela zona cinzenta do desemprego.

Maruani toma a disputa em torno dos números do desemprego naquilo que têm, realmente, de mais seminal, que é a expressão de diferentes maneiras de definir e classificar o desemprego – a partir de diferentes concepções de trabalho e direito ao trabalho. É nos espaços de indefinição que é possível conhecer melhor a estruturação da sociedade do assalariamento, com suas regras e suas desigualdades.

Tomei o texto de Maruani para apontar as dificuldades crescentes de apreensão dos significados do não-trabalho num momento em que as mudanças no padrão de relações de trabalho embaralham as fronteiras socialmente constituídas. A situação de crise propõe interrogações à categoria “desemprego”, interrogações que tornam mais visíveis sua heterogeneidade e põem em cena novas figuras de não-trabalho que – dependendo do ponto de vista adotado – podem ou não ser entendidas como desemprego. Nesse sentido, o que significa persistir no uso do conceito “desemprego” para tentar compreender as novas formas de não-trabalho?

Em relação ao desemprego oculto pelo desalento, ele revela que utilizar a procura por um novo posto como critério-chave para definir alguém como desempregado não é suficiente: principalmente mulheres e jovens, mas também homens mais velhos acabam sendo deixados “fora da conta”. Mas num mundo no qual o trabalho está associado à identidade e à sobrevivência material, pode a vontade/necessidade de trabalhar ser suficiente para a definição de alguém como desempregado? Não se estaria, assim, estendendo a categoria para uma infinidade de situações que não necessariamente estão relacionadas às condições do mercado de trabalho? Quem hoje, legitimamente, faz parte do “núcleo duro” do desemprego? Estaríamos nós diante de uma nova situação em que o *direito ao trabalho* aparece no mesmo rol de direitos que foram constituintes

de nossa noção de cidadania mas que, esvaziados, tornaram-se *direitos difusos*, sem que se consiga atribuir a eles um significado preciso (tome-se, por exemplo, o direito à moradia, à saúde, à escolarização, que estiveram no foco das demandas dos movimentos sociais nos anos 1980 e hoje, a despeito de continuarem sendo reconhecidos como direitos fundamentais, perderam seu poder mobilizador, transformando-se em problemas de administração pública)? Se for assim, isto significaria que devemos, sociologicamente, aceitar que a categoria perde seu poder de definição de certas realidades de não-trabalho, estendê-las de acordo com a auto-definição dos indivíduos ou, ainda, deixar de usá-la?

As ferramentas analíticas que temos à nossa disposição não parecem ser suficientes para lançar luzes sobre a nova dinâmica do mercado de trabalho; no entanto, quando as utilizamos, justamente naquilo que seus resultados provocam de desconcerto e incitação à realização de novas pesquisas é que elas podem nos ajudar a compreender algo sobre as transformações que ocorreram e continuam a ocorrer. É preciso interrogar, portanto, nosso próprio desconcerto, perguntando-nos por suas razões, transformando a dinâmica que nos acostumáramos a reconhecer como sociologicamente “normal”.

Além disso, articulando diferentes abordagens e estratégias é possível também recolher elementos capazes de revelar algo sobre as acomodações em torno destas novas dinâmicas, uma vez que – por enquanto – as pesquisas parecem mais indicar a “explosão” de um modelo (GUIMARÃES, 2004b) do que sugerir quais novas trajetórias ocupacionais se formam e de que modo os indivíduos passam a circular neste mercado.

Uma questão que igualmente deve nos interrogar refere-se a que, se é possível dizer que o “desemprego *stricto sensu*” toca apenas aqueles que estão numa situação que podemos chamar “desemprego aberto”, o fato é que, cada vez mais freqüentemente, deparamo-nos com situações nas quais os indivíduos se reconhecem como “desempregados”, ainda que não apresentem todas as características que nos permitiriam classificá-los como tal. Seja por estar presente na pauta social, seja pela necessidade de manter a identificação com o universo e os valores do trabalho, o fato é que a categoria “desemprego” acaba se tornando operacional para a definição de identidades subjetivas, embora cada vez menos opere para a definição de identidades coletivas (cf. Guimarães, 2003). O que pode nos sugerir que, por trabalhosa que seja a redefinição do que é “desemprego”, a própria categoria não deixa de ser um importante eixo de problematização sociológica das relações entre indivíduos e o trabalho, capaz de lançar luzes sobre o momento presente.

BIBLIOGRAFIA

CAETANO, Maria Inês. *Trajetórias urbanas de moradores de uma favela de um distrito de elite da capital paulista*: Tese (doutorado), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004

CARUSO, Luiz Antônio C.; PERO, Valeria. Empregabilidade e reconversão profissional: trabalhadores desligados da indústria. *São Paulo em Perspectiva*, 11(1), 1997, pp.64-81

COMIN, Álvaro. *Mudanças na estrutura sócio-ocupacional no mercado de trabalho em*

- São Paulo. Tese (doutorado), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003
- DEMAZIÉRE, Didier. *Le chômage de longue durée*: Paris, PUF, 1995a
- _____. *Sociologie du chômage*: Paris, La Découverte, 1995b
- DIEESE. *A situação do Trabalho no Brasil*: São Paulo, DIEESE, 2001
- FREYSSINET, Jacques. L'hétérogénéité du phénomène. In: _____, *Le chômage*, Paris, La Découverte, 1984, pp. 13-56
- GUIMARÃES, Nadya Araujo. *Caminhos Cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*: São Paulo, Editora 34/ Curso de Pós-graduação em Sociologia, FFLCH-USP, 2004a
- _____. Transições Ocupacionais e Formas do Desemprego em São Paulo e Paris, *Seminário Temático Economia e Sociedade*, 21/09/2004, (mimeo), 2004b
- _____. As transformações do (não) trabalho e a Ação Coletiva. Trabalho apresentado no XI Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, Campinas, 1 a 5 de setembro de 2003 (mimeo), 2003
- _____. Por uma sociologia do desemprego. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, nº.50, outubro, 2002, pp.103-121
- IBGE. Notas Metodológicas – a nova PME. <http://www.ibge.gov.br>, consultado em 5/6/2003
- _____. *Pesquisa Mensal de Emprego*, Relatórios Metodológicos, v. 23: Rio de Janeiro, IBGE, 2002
- JARDIM, Fabiana A. A. *Entre desalento e invenção: experiências de desemprego em São Paulo*. Dissertação (mestrado), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004
- MARUANI, Margaret. *Les mécomptes du chômage*: Paris, Bayard, 2002
- MARUANI, Margaret; REYNAUD, Emmanuèle. Le chômage. In: _____, *Sociologie de l'emploi*: Paris, La Découverte, 1993
- MONTAGNER, Paula. A medida do emprego e do desemprego nas regiões metropolitanas brasileiras. In: GUIMARÃES, N. A. (coord.) *Desemprego: Abordagens Institucional e Biográfica. Uma Comparação Brasil, França, Japão*. Relatório Científico referente ao Auxílio Pesquisa 469792/00-0, Edital CNPq 01/2000, São Paulo, Fevereiro de 2003. Edição especial em CD-Rom com 8 capítulos, 4 anexos, 591 pp. (mimeo)
- SEADE. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED – Apresentação da Base de Dados*: São Paulo, CD-ROM, 2002
- _____. *PED: conceitos, metodologia e operacionalização*: São Paulo, dezembro, 1995
- TOPALOV, Christian. *Naissance du chômeur, 1880-1910*: Paris, Albin-Michel, 1994
-